
PESQUISANDO CIDADE E SUBJETIVIDADE: CORPOS E ERRÂNCIAS DE UM FLÂNEUR-CARTÓGRAFO ¹

Manuela Linck de Romero²

Maria Helena Zamora

Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), Brasil.

RESUMO. À luz do método de pesquisa-intervenção da cartografia, proposto por Gilles Deleuze e Félix Guattari (2011), apresentamos reflexões sobre o estudo da subjetividade e da cidade contemporânea em suas dimensões processuais e produtivas. O corpo do cartógrafo emerge como central para a metodologia, sendo criado ao longo do processo de pesquisa a fim de existencializar universos de referência (Rolnik, 1993) de modos de existência na urbe. Desenvolvemos, então, relações entre a prática do cartógrafo e a do *flâneur* enquanto exemplos de errâncias urbanas (Jacques, 2012) que problematizam as possibilidades da experiência corporal no espaço urbano como resistência à espetacularização das cidades contemporâneas. Para tal, utilizamos conceitos-ferramentas do campo da esquizoanálise e dos autores citados neste resumo, desenvolvendo a ideia de que experiências urbanas, sob certos modos, podem se revelar como fonte de produção e de conhecimento sobre a subjetividade, a cidade, o corpo assim como sobre as relações entre eles.

Palavras-chave: Subjetividade; corpo; cidades.

RESEARCHING CITY AND SUBJECTIVITY: BODIES AND WANDERINGS OF A FLÂNEUR- CARTOGRAPHER

ABSTRACT. In light of the cartographic method of research proposed by Gilles Deleuze and Félix Guattari (2011), we present reflections on the study on subjectivity and the contemporary city with an approach to its process and production dimensions. The cartographer's body is crucial for the methodology and is created along the research process in order to allow for the existence of universes of reference (Rolnik, 1993) of modes of existence in urban life. We then develop relationships between the cartographer's practice and that of the *flâneur* as examples of urban wandering (Jacques, 2012) that problematize the possibilities of body experiences in the urban space as a resistance to the contemporary spectacularization of the city. For such, we use concepts-tools from the field of schizoanalysis and those of the authors mentioned in this abstract, developing the idea that urban experiences, in some ways, can prove to be a source of production and knowledge of subjectivity, the city, the body and the relationships between them.

Keywords: Subjectivity; body; cities.

INVESTIGANDO CIUDAD Y SUBJETIVIDAD: CUERPOS Y ERRANCIAS DE UN FLÂNEUR-CARTÓGRAFO

RESUMEN. Basándonos en el método de investigación-intervención de la cartografía, propuesta por Gilles Deleuze y Félix Guattari (2011), presentamos a continuación reflexiones sobre el estudio de la subjetividad y de la ciudad contemporánea, en sus dimensiones procesuales y productivas. El cuerpo del cartógrafo emerge como central para la metodología, creándose a lo largo del proceso de investigación, con el fin de dar forma a universos de referencia (Rolnik, 1993) de modos de existencia en la urbe. Desarrollamos, pues, relaciones entre la práctica del cartógrafo y la del *flâneur*, como ejemplos de tipos errantes urbanos (Jacques, 2012) que problematizan las posibilidades de la

¹ *Apoio e financiamento:* Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq)

² *E-mail:* manuela.linck@gmail.com

experiencia corporal en el espacio urbano como resistencia a la espectacularidad de las ciudades contemporáneas. Para ello, utilizamos conceptos-herramientas del campo del esquizoanálisis y de los autores citados en este resumen, para desarrollar la idea de que las experiencias urbanas, en algunos modos, pueden revelarse como fuentes de producción y de conocimiento sobre la subjetividad, la ciudad, el cuerpo y las relaciones entre ellos.

Palabras-clave: Subjetividad; cuerpo; ciudades.

Introdução

Interessamo-nos pela problematização da pesquisa voltada para questões urbanas na contemporaneidade tal como são abordadas por Antonioli (2003), Cocco (2014), Querrien (2012), Villani (2014), Baptista (2003), entre outros autores, cujas produções de conhecimento se dão sob uma perspectiva transdisciplinar de investigação dos muitos engendramentos possíveis entre subjetividade e cidade. Então, propomos a reflexão sobre o método da cartografia para a pesquisa acerca da experiência que os cidadãos fazem da vida urbana, o que torna necessário o esclarecimento de alguns conceitos norteadores.

Primeiro, o de sujeito como um processo de produção (Deleuze & Guattari, 2011). Partimos de um entendimento da subjetividade que implica a ideia de processo – a subjetividade não é uma forma ou estrutura estável, fechada nela mesma, mas está sempre se fazendo no tempo e nos agenciamentos que ela estabelece. Essa abordagem da subjetividade nos coloca no que Félix Guattari (2012b) propõe enquanto registro das três ecologias – do ambiente, das relações sociais e da subjetividade humana – indissociáveis. Tal articulação é também denominada por ele de ecosofia e diz respeito a um modo de produção da realidade que compreende os sujeitos, os objetos e a própria realidade enquanto processos intensivos, sendo regido pela lógica das intensidades ou “eco-lógica”.

Essa abordagem acerca da constituição da subjetividade se distingue da maioria das orientações teórico-metodológicas da psicologia nas quais a emergência do sujeito se dá em uma relação dialética com o que pode ser tematizado como alteridade, como a dimensão de outro ou das relações com outros. Essa é a perspectiva do sujeito ocidental, a qual – tanto no campo da psicanálise, quanto no da psicologia clínica e da social, em geral – se pauta no postulado binário em que o sujeito se constitui somente por meio da diferenciação do outro, pela oposição ao “não-eu”, pela repartição de identidades e alteridades (Rolnik, 2003).

Na proposta deste artigo, nós trabalhamos com o recorte da alteridade, feito pela psicanalista Suely Rolnik (2003), que a conceitualiza em dois planos: o macropolítico e o micropolítico. No primeiro, a noção de alteridade diz respeito à apreensão que o sujeito faz da alteridade enquanto forma. Desse ponto de vista, o outro – o diferente, o estranho a nós mesmos – chega à subjetividade enquanto uma representação visual, auditiva etc., uma presença formal, identificável, dentro do espectro das formas vigentes da realidade. O segundo, o plano micropolítico, é o que mais nos interessa. Neste, a alteridade é apreendida enquanto um campo heterogêneo de forças que afetam o que a autora denomina de nosso “corpo-vibrátil”. Essa afetação, por sua vez, se dá sob a forma de sensações.

Nesse sentido, a diferença entre eu e “não-eu” é da ordem da desestabilização do eu, provocada pela dimensão de forças – alteridade – que só se faz possível por meio de uma abertura de corpo que favoreça a apreensão da realidade sob outros níveis de sensibilidade. Portanto, as forças que entram em relação conosco nos acometem como não sendo nossas, quando elas não nos remetem a um território conhecido de nossa “identidade”³. Como coloca Baptista (2003), “a alteridade, em sua radicalidade tensa, desacomoda, perturba, à semelhança da politização da arte criadora de intensidades inesgotáveis de sentidos, diluindo compactas e irrefutáveis formas de eu e nós” (p. 9).

Cartografia é, então, o estudo do plano processual de constituição de forças que atuam – ao mesmo tempo – nas formações subjetivas e na produção da realidade. Consiste em um método que se

³ O conceito de identidade se situa na proposta de pensamento da representação, formado pela imagem dogmática (da identidade e da semelhança) que influenciou os padrões lógicos de entendimento e de significação. Em tal pensamento as noções de interioridade, universalidade, unidade e centralidade estão relacionadas à de identidade, remetendo a uma espécie de uma natureza moralizante que tende a difamar o que for devir na existência, negando o despertar da potência criadora da vida. Optamos por não trabalhar com este conceito para nos situarmos para além da lógica da representação, na tentativa de pensar e viver a subjetividade em movimento.

volta para este plano denominado também de plano comum de imanência, plano molecular ou corpo-sem-órgãos (Passos, Kastrup, & Escossia, 2010). A proposta da experiência cartográfica será desenvolvida ao longo do artigo.

No que diz respeito ao entendimento que temos sobre cidades, baseamo-nos no trabalho de Guattari (2012a), encontrado principalmente nos capítulos “Espaço e Corporeidade” e “Restauração da Cidade Subjetiva”, do livro *Caosmose – um novo paradigma estético*, em que ele afirma que as cidades engendram, “por meio de equipamentos materiais e imateriais, a existência humana sob todos os aspectos em que se queira considerá-las” (p. 152). Ele postula que a heterogeneidade ativa nos espaços abertos e públicos são espaços de exterioridade constituídos na cidade, que, por sua abertura, opõem-se tanto ao interior dos espaços fechados quanto à interioridade do sujeito, podendo dispersar focos de identidade, introduzindo variação nos processos subjetivos. Sua ideia é de que as construções urbanas são tipos de objetos – “subjetividades” parciais – que exercem funções de subjetivação parcial: “... a cidade, a rua, o prédio, a porta, o corredor... modelizam cada um por sua parte e em composições globais, focos de subjetivação” (p. 143). Assim, ele confere função subjetiva à cidade.

Dessa maneira é sugerido à arquitetura e ao urbanismo contemporâneos (Antonioli, 2003; Querrien, 2012) que os produtores de espaço não podem mais “se contentar em definir a cidade em termos de espacialidade” (Guattari, 2012a, p. 153), pois o fenômeno urbano é um “problema-cruzamento”, devendo ser abordado com metodologias apropriadas à complexidade:

... não é mais um problema dentre outros; é o problema número um, o problema-cruzamento das questões econômicas, sociais e culturais. A cidade produz o destino da humanidade, ... constata-se muito frequentemente um desconhecimento desse aspecto global das problemáticas urbanas como meio de produção da subjetividade (Guattari, 2012a, p. 153).

Lidando com esse “problema-cruzamento”, o pensamento de Foucault (2013, 2014), também sobre espaço, subjetividade, corpo e poder, contribui para a pesquisa sobre relações entre subjetividade e cidade, uma vez que seu trabalho também apresenta como sujeitos, objetos e saberes se constituem sob arranjos de forças sempre produzidas por meio de jogos de verdades. Em seus trabalhos sobre a sociedade disciplinar, por exemplo, que tem a arquitetura panóptica como modelo de produção da ortopedia generalizada dos modos de viver, o filósofo do “diagnóstico do presente” nos aponta a relação entre a produção de saber e a regulação da vida humana.

O espaço urbano, então, não compreende aqui somente segmentos binários como classes sociais, gêneros, gerações, espacialidades etc. Como coloca Zamora (2000), “as metrópoles – todas, em nosso mundo globalizado – são muito mais do que cenários das experiências humanas: são protagonistas no processo de produção e consumo de bens materiais e simbólicos” (p. 180), as cidades modelizam também regimes de sensibilidade, interpelando-nos, acionando e modelizando perceptos, memórias, afetos, ações. Assim, a aventura própria das cidades consiste em produzir um espaço feito de exterioridades, compreende um devir estrangeiro que se coloca na experimentação ampliada e intensificada da alteridade (Guattari, 2012a; Mejia, 2012).

Portanto, tendo por base as concepções iniciais dessa fundamentação teórica acerca dos estudos da subjetividade, inspiramo-nos na questão colocada por Guattari (2012a) – “... o que serão as mentalidades urbanas do futuro?” (p. 150) – a qual ele afirma ser inclusive um pleonasmo, na medida em que “o porvir da humanidade parece inseparável do devir urbano” (p. 150). Ou seja, nos encontramos em um tempo em que não é mais possível pensarmos a subjetividade humana separada da dimensão urbana – e vice-versa. Neste artigo desenvolvemos reflexões sobre a dimensão micropolítica da cidade, problematizando experiências urbanas e alteridade. Como podemos produzir uma prática de pesquisa cartográfica na cidade?

A cartografia e o corpo

A experiência da cartografia como método de pesquisa diz respeito ao acompanhamento dos processos de constituição da subjetividade, o que deve se dar sob a qualidade de um *ethos* ético-

estético-político (Guattari, 2012b). É ético na medida em que o pesquisador se implica em seu(s) modo(s) de existência, afirmando os processos de diferenciação de si e do outro. Já a dimensão estética se refere às mutações da sensibilidade humana, que nos interpela como uma problemática sociopolítica. Libertando-nos da ideia do belo como um objeto de contemplação, a preocupação central da estética passa a ser a forma como os corpos se percebem por meio do campo social. A estética é a ciência do contato – das zonas de contato entre os corpos, entre as epidermes, os rostos, os olhares (Soreanu, 2014). A experiência diz respeito à relação sensível com uma alteridade pulsante (Rolnik, 2003), com a possibilidade de criação de um campo de conhecimento aberto à produção de novidades.

Mas, para a criação de uma nova estética, é necessário ultrapassar os valores estabelecidos e construir novos valores, não morais, mas éticos. Esse ultrapassamento consiste em um movimento de transvalorização que se dá a partir da relação de forças na produção da vida, da realidade e não dos valores hegemônicos que ditam como a realidade deve ser. Para tanto, faz-se fundamental uma atitude política (Camuri, 2012).

Nesse sentido, é importante perceber que o pesquisador também está sempre agenciado na produção de conhecimento acerca de seu objeto de estudo, de si e do mundo – instâncias inseparáveis. Trata-se de construir um *ethos* de pesquisa em que as afetações emergentes, como efeito do encontro entre o pesquisador e o campo, são fontes de conhecimento. Como bem apresenta Pozzana (2013),

a formação do cartógrafo se faz como inscrição corporal, é acompanhada por processos de corporificação do conhecimento e práticas que configuram regimes de afetabilidade. Neste sentido, aponta para a necessidade de ativação do potencial de ser afetado para além de sua função sensível trivial, ativando uma dimensão de virtualidade que só se amplia à medida que é exercitada (p. 323).

Ou seja, a cartografia só pode ser pensada como método se entendermos método como aquilo que nos faz compreender a nossa potência de conhecer (Lieberman & Lima, 2015). A cartografia implicaria, portanto, disposição para afirmar uma potência da própria vida por meio da “abertura atenta do corpo ao plano coletivo de forças em meio ao mundo” (Pozzana, 2013, p.323). Nessa direção, como também afirmam Lieberman e Lima (2015), “quem se lança a essa aventura é convidado a conectar-se com o pulsar da vida em seu corpo e com caminhos para os quais esse pulsar aponta” (p. 186).

Logo, apesar de o método cartográfico não trabalhar com a ideia de objetivos pré-estabelecidos, temos tendências de direcionamento ao ato de pesquisar – a direção visando sempre “aceder aos processos, ao que se passa entre os estados ou formas instituídas, ao que está cheio de energia potencial” (Passos et al., 2010, p. 20).

Nesse sentido, na pesquisa acerca do que se passa “entre os estados ou formas instituídas”, utilizamos o entendimento desenvolvido por Suely Rolnik (1993) em que ela apresenta como matéria prima do trabalho com o pensamento as marcas do corpo. As marcas, tal como conceituadas por ela, são os universos de referência para certos modos de existência que cada corpo comporta. Na medida em que, no encontro entre um corpo e outro(s), uma experiência de desassossego se dá, a desestabilização experimentada torna necessária “a invenção de algo que venha a dar sentido e corporificar essa marca: um novo corpo, outro modo de sentir, pensar, um objeto estético ou conceitual” (Lieberman & Lima, 2015, p.183). Assim, os universos de referências vão sendo criados.

Se o campo de pesquisa é a cidade, na perspectiva desse método, não pesquisamos “sobre” a cidade, mas sim “pesquisamos com” a cidade. A pesquisa emerge de dentro da experiência entre a subjetividade do pesquisador e a cidade, por meio do corpo. O diário de campo cartográfico se assemelha àquele utilizado pelos etnógrafos quando estes habitam o território de pesquisa enquanto estrangeiros, registrando os signos, símbolos, pensamentos e afetações. Assim, o estranhamento, a inquietude, a surpresa, experimentados ao longo da pesquisa, são pistas do direcionamento dela. Critérios de repetição, consistência e intensidade são alguns dos que delineiam o rigor dessa prática de pesquisa.

A qualidade da experiência cartográfica, por sua vez, diz respeito a uma abertura à complexidade da realidade, o que amplia a conectividade com os infinitos estímulos do entorno. Trata-se da função de transversalização da cartografia que aumenta os graus de abertura comunicacional intra e intergrupos, em seus diferentes níveis e sentidos – também denominados por Guattari (citado por Passos et. al., 2010) de quanta de transversalidade, indicando uma variação na experiência do observador portanto, uma variação cujo espectro

vai de um ponto de vista proprietário (baixo grau de abertura e referência em si), passando por pontos de vista não proprietários (aumento do grau de abertura e referência no coletivo) até a experiência sem ponto de vista – uma experiência que encarna as próprias flutuações do plano comunicacional (Passos et. al., 2010, p. 116).

Ou seja, “operar na transversalidade é considerar esse plano em que a realidade toda se comunica” (Passos et al., 2010, p. 27). O conceito de transversalidade como princípio metodológico afirma a possibilidade de uma experiência de comunicação que faz variar os pontos de vista, mais do que os abolir. Essa é mais uma das bases desse método que produz afirmando criações de efeitos-subjetividade. Para percebê-los na prática de pesquisa, é preciso o aprendizado de uma atenção específica.

Uma atenção de cartógrafo e suas corpografias

Desenvolvida pela psicóloga Virginia Kastrup (2007a), a atenção do cartógrafo consiste em uma qualidade fundamental na condução desse método, que nos coloca na perspectiva de uma política cognitiva distinta da política de subjetivação dominante. Ela sugere quatro níveis atencionais no trabalho de campo: o rastreio, o toque, o pouso e o reconhecimento atento.

No rastreio fazemos uma primeira passada no campo, com a atenção perseguindo uma meta ou objeto móvel, “como uma antena parabólica, a atenção do cartógrafo realiza uma exploração assistemática do terreno, com movimentos mais ou menos aleatórios de passe e repasse, sem grande preocupação com possíveis redundâncias” (Kastrup, 2007a, p. 19). Nessa etapa, operamos uma atenção flutuante e instável, até que em determinado momento a nossa atenção seja convocada em uma atitude ativa de se deixar tocar por algo.

O toque se dá por uma rápida sensação percebida, um vislumbre que produz alteração na atenção, despertando um processo de seleção – algo se destaca e ganha relevo no conjunto de elementos observados. O que se destaca não é propriamente uma figura. Com contornos embaçados, trata-se de um elemento heterogêneo que se evidencia não como resultado da nossa percepção ou decodificação, mas de uma perturbação no nível da sensação. A subjetividade do cartógrafo é afetada pelo mundo em sua dimensão de matéria-força e não na dimensão de matéria-forma, há um acionamento no nível das sensações, e não no nível das percepções ou representações de objetos.

Após a experiência de ter sido “tocado por algo” que convocou a atenção, o gesto do pouso é o momento em que se constata a formação de um campo perceptivo. Formam-se “janelas atencionais” (Kastrup, 2007a) que operam uma espécie de *zoom* da percepção – um enquadramento acontece e demarca a criação de um mundo perceptivo enquanto que outros mundos são temporariamente borrados, passam a ter menos influência. No entanto isso não implica na exclusão desses mundos, pois os mesmos estão sempre copresentes e a possibilidade de mudança de níveis perceptivos está sempre colocada.

A experiência do pouso como estado atencional produz um ganho de intensidade e extensão da atenção que tende por reconfigurar todo o campo e o funcionamento da atenção reduzindo as ambiguidades de percepção. Portanto, o que acontece no nível da percepção é da ordem de uma movimentação global em que a mudança de um elemento altera os demais, não se tratando apenas de uma relação de figura e fundo, de inclusão e exclusão de determinados elementos do nosso mundo sensível.

A quarta variedade atencional é o reconhecimento atento. Diante da atração por algo que convocou o pouso de nossa atenção, como reconhecemos aquilo que encontramos? Como se dá a

reconfiguração do território de observação? Ao invés de o cartógrafo se fazer a pergunta “o que é isto?” – que consiste em uma atitude voltada para um campo representacional suscitando um processo de reconhecimento –, ele tem o desafio de não ceder a esse funcionamento mas manter uma atitude investigativa que pode ser formulada como um “vamos ver o que está acontecendo...”, e, assim, aventurar-se em algo que escape ao reconhecimento automático ou a uma paisagem familiar (Kastrup, 2007a).

O reconhecimento automático tem a ação como base e alvo quando a experiência de reconhecer um objeto consiste em saber dele se servir. A percepção se volta para a observação de efeitos úteis que o objeto pode comportar, o que acaba por afastar nossa própria percepção do objeto. Um exemplo para essa qualidade atencional é quando transitamos por uma cidade que já conhecemos, nosso deslocamento se dá com eficiência sem que seja necessário prestar atenção ao caminho que percorremos.

No caso do cartógrafo, o objetivo é justamente cartografar um território novo – condição de novidade que não depende de se tratar de um domínio ainda não habitado mas sim de uma atitude atencional que torna possível uma abertura ao campo, para que, mesmo aquilo que suspeitávamos conhecer – quando se pensa estar em um território “conhecido” – possa nos surpreender. Ou seja, não se trata aqui de deslocar-se em uma cidade conhecida ou não, mas de produzir conhecimento ao longo de um percurso de pesquisa na cidade em que se estiver, um conhecimento emergente de uma experiência com o campo em que está envolvido o cuidado de uma atenção que participa da própria criação do território de observação.

Apresentadas certas características da qualidade atencional do cartógrafo, entendemos que ela consiste em uma atitude de disponibilidade ao plano processual produtivo da realidade e às marcas – afetações singulares, emergentes das relações do sujeito com esse plano. Atitude que nos fala da possibilidade de experiência corporal da cidade. Ora, a experiência que fazemos da cidade é sempre com o corpo, fazemo-la todos os dias. Mas com qual qualidade de corpo? Na cidade, como escapar aos comportamentos excessivamente mecanizados e conformados? Como enfrentar formas corpóreas pré-dadas que todos temos, produzidas em outras situações, e que já não nos servem mais? Como “desconstruir modos de funcionamentos dos corpos para que algo possa ser inventado, na contramão de certos automatismos que anestesiam os corpos e as vidas”? (Lieberman & Lima, 2015, p. 225).

Partindo da ideia de que a experiência urbana fica inscrita em diversas escalas de temporalidade e intensidades no corpo daquele que experimenta a cidade, a arquiteta e urbanista Paola Berenstein Jacques (2009) desenvolve a noção de *corpografias urbanas*. Estas seriam como cartografias⁴ realizadas pelo e no corpo que experimenta a urbe, registros corporais das memórias de diferentes experiências urbanas que ocorrem involuntariamente, resultando em uma espécie de grafia da cidade experimentada. Cada corpo poderia, nesse sentido, acumular diferentes corpografias. A autora também desenvolve a noção de corpografias, relacionando-a com a ideia de coreografia quando ela engloba as composições corporais de gestos e movimentos que se constituem em relação às diferentes qualidades dos espaços com os quais o corpo entra em relação.

Nesse sentido, a ideia de corpografia nos é interessante por contribuir para a reflexão sobre subjetividade e experiência urbana na medida em que aponta, também, a relevância e indissociabilidade do corpo no processo de conhecimento da cidade.

Errâncias e um possível flanêur-cartógrafo

Segundo Jacques (2009), as diferentes corpografias resultam de práticas que estimulam a experiência corporal da cidade, que ela denomina de errâncias urbanas. Tais práticas são apresentadas em seu livro *Elogio aos Errantes* (Jacques, 2012) no qual ela aborda, dentre outras questões, diferenças das qualidades de experiências urbanas. Ela apresenta o impacto das transformações urbanas na experiência sensível dos habitantes das grandes cidades variando de um

⁴ Jacques (2009) nessa proposta utiliza a ideia de cartografia para enfatizar o que ela comporta de diferença em relação ao projeto urbano enquanto modos de produção e experimentação da cidade. O projeto traz a ideia do distanciamento e idealização da experiência da cidade enquanto que a “... cartografia já é um tipo de atualização do projeto urbano, ou seja, uma cartografia urbana descreve um mapa da cidade construída e assim muitas vezes já apropriada e modificada por seus usuários” (p. 131).

estado de choque característico da modernidade ao estado de anestesiamento contemporâneo e problematiza o que seria um novo choque do contemporâneo.

É diante desse panorama que ela desenvolve a ideia da prática errática enquanto um exercício de afastamento voluntário do lugar mais familiar e cotidiano, em busca de uma condição de estranhamento para se apreender a complexidade urbana na contemporaneidade. O caráter de resistência do seu trabalho consiste na valorização dos errantes que, com sua simples presença e prática cotidiana, explicitam conflitos e provocam dissensos, desafiando a construção dos pseudoconsensos midiáticos a respeito das experiências e questões da cidade.

A errância urbana é uma apologia da experiência da cidade, que pode ser praticada por qualquer um, mas o errante a pratica de maneira voluntária. O errante, então, é aquele que busca um estado de corpo errante, que experimenta a cidade através das errâncias, que se preocupa mais com as práticas, ações e percursos, do que com as representações, planificações ou projeções. O errante não vê a cidade somente de cima, a partir da visão de um mapa, mas a experimenta de dentro; ele inventa sua própria cartografia a partir de sua experiência itinerante. Essa postura crítica e propositiva com relação à apreensão e compreensão da cidade, por si só, já constitui uma forma de resistência (Jacques, 2012, p. 2).

Jacques desenvolve as errâncias urbanas como uma arte de andar pela cidade também apoiada na leitura que faz acerca da figura do *flâneur*, criada por Charles Baudelaire (1855/2006) e analisada também por Walter Benjamin (1913/1989) nos anos 1930. Apesar de ser fruto da modernidade e da grande cidade, a investigação do espaço urbano que o *flâneur* fazia, ao vagar pela cidade a esmo, de meados e final do século XIX até início do século XX, foi fonte de críticas à primeira modernização das cidades. A atividade de “fazer botânica no asfalto⁵” marcou esse tempo –fosse pela Paris do século XIX de Baudelaire, fosse pelo Rio de Janeiro do início do século XX, apresentado por João do Rio (1908/2012). O cronista jornalista também escreveu a partir de suas flanâncias na cidade que estava se transformando em metrópole. Quadros urbanos e personagens das ruas em vias de extinção são descritos por ele ao flunar, captar, desvendar e decifrar a “alma encantadora das ruas”.

Sem dúvida, podemos encontrar nos registros dos errantes uma apreensão aguçada na escala micro, tanto do ponto de vista social quanto do político, uma busca do estranhamento ... talvez sua liberdade de ação, sem uma metodologia tradicional preestabelecida, garanta aos errantes um outro tipo de sensibilidade, de aproximação sensível da cidade ... (Jacques, 2012, p. 68).

Nesse sentido, nos inspiramos na perspectiva errante e na atividade da flanância no que ela nos aporta de inspiração enquanto prática de andar na cidade que se dá suscitando reflexões sobre um tempo de transformações urbanas. Que, em diálogo com a perspectiva teórica apresentada até então, possamos vir a produzir itinerários também no pensamento emergente da relação do corpo com a cidade. Vamos, assim, desenvolvendo a figura de um possível *flâneur*-cartógrafo como posicionamento crítico na cidade contemporânea.

Então, é conhecimento da cidade em processos. Movimento e invenção de narrativas corporais urbanas do conhecer. Em suas caminhadas pela cidade o *flâneur*-cartógrafo vê, cheira, apalpa, encosta, pega e prova da urbe com seu corpo aberto à percepção das variações intensivas. Ele cruza a cidade enquanto deixa, estratégica e metodologicamente, que a cidade o cruze e proponha questões, que as intensidades produzidas pelos encontros possam afetá-lo e mover o pensamento (Romero; Rodrigues & Zamora, 2013).

Para nós, os seus passos são passos de uma dança possível, nascente do desejo de cartografar subjetividade e cidade concomitantemente em sua produção, indo de um grau mais homogêneo – do senso comum, dominante –a uma heterogeneidade e singularidade das possibilidades de experiências urbanas potentes, com os outros, consigo mesmo e com o espaço. “A senha para o passeio é a inquietação” (Zamora, 2005).

⁵ Foi como Benjamin (1913/1989) caracterizou a atividade do *flâneur*.

Cartografias de experiências urbanas

Então, para o entendimento que construímos sobre “experiências urbanas” neste trabalho é necessário aprofundarmos sobre as diferenças que permeiam nossa banalidade cotidiana – aquelas nas quais o funcionamento cognitivo revela-se estável – e as experiências que nos produzem inquietação, desassossego, problematizações – que emergem de nossas marcas e interferem nas mesmas, em nossos universos referenciais, transformando-os.

Contrapondo-se às experiências de inquietação, as experiências de reconhecimento são aquelas que permitem o reconhecimento prático, consciente, de um objeto: “isto é um texto”, “posso atravessar a rua”, “há aqui uma árvore”. Caracterizam-se por sua utilidade na vida prática e por assegurar nossa adaptação ao mundo (Kastrup, 2007b). Segundo Rolnik (1993), a experiência de reconhecimento é assegurada pela capacidade cortical de nossos órgãos de sentido, responsável pela apreensão dos elementos de uma situação e da concomitante projeção das representações e códigos simbólicos e interpretativos de que dispomos para compreendê-la, para torná-la inteligível. É essa capacidade sensível que nos promove a sensação de conforto e reconhecimento do que se passa –encontramos-nos em um plano minimamente estável e conhecido.

Importante pontuar que, quando trazemos para o contexto da experiência urbana a ideia de desassossego, não se trata de uma inquietação que pode ser comum a todos, como a experimentada pela sensação de medo, característico de muitas experiências urbanas. Não se trata desse tipo de experiência. Falamos de experiências de instabilização cognitiva, experiências nas quais nossa relação com o mundo se torna problemática, quando os esquemas da reconhecimento revelam-se inadequados ou impotentes para assimilar o que se nos apresenta. Referimo-nos a experiências que nos produzem perturbações no nível das sensações, que nos fazem mergulhar numa perplexidade e impedem o acionamento imediato dos esquemas motores. São experiências que se dão por meio da capacidade subcortical de nossos sentidos, o nosso “corpo-vibrátil”, mencionado no início do texto.

Visando nos aproximar, o quanto for possível, por meio das palavras, dessa experiência cognitiva paradoxal, contemplando a dimensão subjetiva e espacial, utilizamos inicialmente o exemplo colocado por Kastrup (2007b): a experiência bastante comum, embora não banal, de alguém que retorna anos mais tarde à casa onde morou durante a infância.

Não raro, tem lugar então uma experiência cognitiva que não é de mero reconhecimento. O reconhecimento mistura-se a um estranhamento acerca das dimensões da casa. O imenso quintal lhe parece agora um pequeno pátio, a antiga escada não passa de alguns degraus, o portão, embora o mesmo, revela-se outro. A perplexidade experimentada suscita, e mesmo impõe, a invenção de outra cognição da casa (p. 69).

Essa instabilidade da cognição não diz respeito à dúvida – “é ou não a casa em que morei?”; tampouco à ignorância – “não conheço esse lugar”. O que distingue essa experiência cognitiva é o fato de referir-se a algo que tem o paradoxal estatuto de familiar e, ao mesmo tempo, estranho – o que constitui uma experiência crucial por ser a expressão sensível das forças da alteridade em nosso corpo, que nos tira da anestesia cotidiana e libera nossa potência crítica. Por isso é um tipo de experiência de problematização: intriga, faz pensar, força a invenção:

Quando alguém sente, enquanto está trabalhando, cheiro de chuva, sua experiência cognitiva nem sempre se resume a uma experiência de reconhecimento – “está chovendo”, mas pode gerar no sujeito uma espécie de atração, capaz de mobilizá-lo, captura-lo produzindo um intuito cognitivo agudo, que o leva a aproximar-se mais e mais do cheiro da chuva, acompanha-lo até gerar nele uma espécie de estado subjetivo chuvoso, que o tira de seu expediente normal. Nesse caso, a cognição não é percepção de um objeto, representação, reconhecimento, mas é tocar o estímulo, seguir com ele e transformar-se nesse contato (Kastrup, 2007b, p. 69).

Um terceiro exemplo que compõe com a direção de nossas reflexões sobre experiências urbanas é a experiência pessoal de Guattari (2012a) na cidade de São Paulo:

Um dia quando eu caminhava com um grupo de amigos em uma grande avenida de São Paulo, senti-me interpelado, ao atravessar uma determinada ponte, por um locutor não localizável. Uma das características dessa cidade, que me parece estranha em vários aspectos, consiste no fato de que as interseções de suas ruas procedem frequentemente por níveis separados com grandes alturas. Enquanto meu olhar se dirigia, de cima para baixo, para uma circulação densa que caminhava rapidamente, formando uma mancha cinzenta infinita, uma impressão intensa, fugaz e indefinível invadiu-me bruscamente. Pedi então que meus amigos continuassem sua caminhada sem mim e, como em um eco das paradas de Proust em seus “momentos fecundos”, imobilizei-me em um esforço para esclarecer o que acabava de acontecer comigo. Ao fim de um certo tempo, a resposta me veio naturalmente, algo da minha primeira infância me falava do âmago dessa paisagem desolada, algo de ordem principalmente perceptiva. Havia, de fato, uma homotetia entre uma percepção muito antiga – talvez a da Ponte Cardinet sobre numerosas vias de estrada de ferro que se abismam na Gare Saint-Lazare – e a percepção atual. Era a mesma sensação de desaprumo que se achava reproduzida. Mas, na realidade, a Ponte Cardinet é de uma altura comum. Só na minha percepção de infância é que eu fora confrontado com essa altura desmesurada que acabava de ser reconstituída na ponte de São Paulo. Em qualquer outra parte, quando esse exagero da altura não era reiterado, o afeto complexo da infância que a ele estava associado não podia ser desencadeado (p. 136).

O artigo de Guattari também nos apresenta o engendramento entre subjetividade, cidade e o corpo, que, em experiência de perturbação sensível diante do “exagero da altura” da ponte, desencadeia o afeto complexo de infância. Vemos como percepções atuais do espaço também podem ser “duplicadas” por percepções anteriores. No entanto o autor não as relaciona à ideia de conflito entre representações espaciais pré-estabelecidas. A semiotização de sua recordação de infância emerge acompanhada, aqui, pela criação de uma impressão de caráter estético e poético.

As três experiências apresentadas têm em comum o fato de retirar aqueles que as experienciaram de sua banalidade cotidiana, provocando rachaduras nos blocos cognitivos e produzindo subjetividade. Evidencia-se uma “desorganização do sensível”, outro modo de se relacionar com os elementos da cidade-mundo. São experiências de momentos fecundos, de “tocar o estímulo” e “transformar-se no contato” que se constituem por meio das marcas inscritas em cada um e das criações que elas impõem.

São sempre marcas singulares de infinitas cidades

Desenvolvemos a perspectiva de uma atitude investigativa que tem por motor o corpo do pesquisador, suas marcas e corpografias que vão sendo constituídas. Marcas que dizem respeito aos universos de referência que, por sua vez, estão sempre também em relação com a diversidade dos espaços, com os encontros com estranhos e conhecidos, que acometem a cada um. Pois os corpos se afetam de maneiras distintas e singulares em função de suas histórias. A história inscrita no corpo. A história da família, a história dos grupos de pertencimento, das experiências de não pertencimento, dos encontros. A história mundial.

Meu corpo está, de fato, *sempre* em outro lugar. Está ligado a todos os outros lugares do mundo, e, na verdade, está em outro lugar que não o mundo. Pois é em torno dele que as coisas estão dispostas, é em relação a ele – e em relação a ele como em relação a um soberano – que há um acima, um abaixo, uma direita, uma esquerda, um diante, um atrás, um próximo e um longínquo. O corpo é o ponto zero do mundo, lá onde os caminhos e os espaços se cruzam, o corpo está em parte alguma: ele está no coração do mundo, este pequeno fulcro utópico, a partir do qual eu sonho, falo, avanço, imagino, percebo as coisas em seu lugar e também as nego pelo poder indefinido das utopias que imagino. Meu corpo é como a Cidade do Sol, não tem lugar, mas é dele que se irradiam todos os lugares possíveis, reais ou utópicos (Foucault, 2013, p. 14).

Buscamos problematizar a experiência urbana, formulando a ideia de um *flâneur*-cartógrafo como proposta a todos que se interessem em conhecer a cidade – em situação de pesquisa acadêmica e/ou de vida. Assim, fazemos um convite à desconstrução de percepções do mundo, calcadas em informações prontas à interpretação das experiências.

Deleuze (2013), com base no pensamento de Leibniz, problematiza a expressão “pontos de vista”, dizendo que o ponto de vista é mais profundo que aquilo que nele se põe. Segundo Leibniz, cada noção individual, enquanto um ponto de vista, exprime a totalidade do mundo. Toda substância individual é como um mundo inteiro e como um espelho de Deus ou ainda de todo o universo que ela exprime, cada uma, ao seu modo, “um pouco como uma mesma cidade é diversamente representada segundo as diferentes situações daquilo que a observa” (citado por Deleuze 2013, p.170).

Assim, percebemos a posição perspectivista de certa filosofia, que é também a de Nietzsche. Como afirma Deleuze (2013), “Nietzsche dirá: minha filosofia é o perspectivismo. O que me faz eu igual a eu é um ponto de vista sobre o mundo” (p. 168). Então, é o ponto de vista que explica o sujeito e não o inverso.

O ponto de vista é a proporção da região do mundo expressa clara e distintamente por um indivíduo com relação à totalidade do mundo expresso obscura e confusamente. E, enfim, o que define a zona de expressão clara e distinta que cada um tem sobre o mundo, uma porção reduzida, finita dele – certo ponto de vista – é o que afeta o corpo: “há alguma coisa que concerne ao meu corpo e que sou único a expressar claramente e distintamente, no fundo desse rumor que recobre todo o universo” (Deleuze, 2013, p.172).

Considerando que todos podem experimentar um corpo de *flâneur*-cartógrafo, já que o ato de pesquisar é inerente à vida, afirmamos a possibilidade de múltiplas e infinitas leituras do mundo, nesse caso, da cidade, a partir do enfrentamento das sensações oriundas das tensões entre nossos sistemas de referência e as forças circulantes em meio urbano. E a que isso serve?

Segundo Pascal Sévérac (2009), refletindo sobre o que o corpo pode e tomando-o como modelo proposto por Spinoza, abrem-se mundos em que o desejo e a potência podem circular, sobretudo porque a pergunta “o que pode o corpo?” não nos permite chegar a uma única resposta. Para o corpo, isso consiste em “tornar-se pouco a pouco capaz de não mais viver segundo um número reduzido de normas afetivas” (p. 24) que polarizam a experiência dos afetos, mas expandir as possibilidades do corpo em afetar e ser afetado, desenvolvendo uma “sensibilidade afetiva forte, flexível, lábil” (p. 24). Trata-se de não mais sofrer passivamente o que nos acontece em nossas experiências da vida urbana, mas tornar-se ativo em relação a elas. Esse é mais um ponto de vista. Acreditamos que ele serve enquanto uma aposta em ver e viver a cidade no que ela comporta de abertura às perspectivas, favorecendo a construção de novos modos de existência.

No entendimento de variação entre reconhecimentos automáticos e criação de novos territórios existenciais – as experiências urbanas podem assim ser fonte de aprendizado-invenção. O pensamento sob uma perspectiva de modos de viver inventivos pode, em contraposição às formas assujeitadas do viver, contribuir para os necessários questionamentos, crítica e busca de alternativas à contínua espetacularização das cidades submetidas às forças dominantes da crise urbana mundial. Abre-se, assim, a possibilidade de produção mais vibrante, mutante e potente de sujeitos, corpos, cidades – vidas.

Referências

- | | |
|--|--|
| <p>Antonioli, M. (2003). <i>Geophilosophie de Deleuze et Guattari</i>. Paris, France: L'Harmattan.</p> <p>Baptista, L. A. (2003). Combates urbanos: a cidade como território de criação. Palestra proferida no XII Encontro Nacional da Abrapso, Porto Alegre, RS.</p> | <p>Baudelaire, C. (2006). <i>Pequenos poemas em prosa</i>. (G. M. Santos, Trad.). Rio de Janeiro: Record. (Original publicado em 1855).</p> <p>Benjamin, W. (1989). Paris do Segundo Império. In W. Benjamin, <i>Obras Escolhidas. Vol III. Charles Baudelaire: um lírico no auge do capitalismo</i> (J. C. Martins, Trad.), São Paulo: Brasiliense. (Original publicado em 1913).</p> |
|--|--|

- Camuri, A. C. (2012). *Cartografia do Desassossego: o encontro entre os psicólogos e o campo jurídico*. Rio de Janeiro: Editora da UFF.
- Cocco, G. (2014). *Korpobraz: por uma política dos corpos*. Rio de Janeiro: Mauad X.
- Deleuze, G. (2013). Les cours de Gilles Deleuze à Vincennes – Leibniz 15/04/1980. (E. Costa da Silva & L. Lima Ribeiro, Trad.). *Revista Helius*, 1 (1), 150-174. Recuperado em 13 abril, de 2015, de <http://www.uvanet.br/helius/index.php/helius/article/view/20>.
- Deleuze, G. & Guattari, F. (2011). *Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia*. (2ª ed., Vol. 1) (A. Guerra Neto e C. Pinto Costa, Trad.). São Paulo: Editora 34.
- Foucault, M. (2013). *O corpo utópico, as heterotopias*. (S. T. Muchail, Trad.). São Paulo: n-1 Edições.
- Foucault, M. (2014). *Ditos e Escritos - vol. 10: Filosofia, diagnóstico do presente e verdade*. (1ª ed.) (A. Chiqueri, Trad.). Rio de Janeiro: Forense Universitária.
- Guattari, F. (2012a). *Caosmose, um novo paradigma estético* (2ª ed.) (A.L. Oliveira & L.C. Leão, Trad.). São Paulo: Editora 34.
- Guattari, F. (2012b). *As Três Ecologias*. (21ª ed.), (M. C. Bittencourt, Trad.) (S. Rolnik, Rev.). Campinas, SP: Papirus.
- Jacques, P.B. (2009). Corpografias urbanas: a memória da cidade no corpo. In M. Velloso, J. Rouchou, & C. Oliveira (Orgs.), *Corpo: identidades, memórias e subjetividades* (pp. 129-139). Rio de Janeiro: Mauad X.
- Jacques, P. B. (2012). *O Elogio aos Errantes* (1ª ed.). Salvador: EDUFBA.
- Kastrup, V. (2007a). O funcionamento da atenção no trabalho do cartógrafo. *Psicologia & Sociedade*, 19 (1), 15-22.
- Kastrup, V. (2007b). *A invenção de si e do mundo – uma introdução do tempo e do coletivo no estudo da cognição* (2ª ed.). Belo Horizonte: Autêntica.
- Liberman, F. & Lima, E. (2015). Um corpo de cartógrafo. *Interface: Comunicação, saúde, educação*, 19 (52), 183-93.
- Mejia, R. E. (2012). Micropolíticas, cartografias e heterotopias urbanas: derivas teórico-metodológicas sobre a aventura das (nas) cidades contemporâneas. *Revista Espaço Acadêmico* (UEM), 11 (132), 01-09.
- Passos, E., Kastrup, V., & Escossia, L. (Orgs.) (2010). *Pistas do método da cartografia: Pesquisa-intervenção e produção de subjetividade*. Porto Alegre: Sulina.
- Pozzana, L. (2013). A formação do cartógrafo é o mundo: corporificação e afetabilidade. *Fractal Revista de Psicologia*, 25 (2), 323-338.
- Querrien, A. (2012). Architecture autogérée, une pratique écosophique de la ville. *Revue Chimères*, 1 (76), 101-107.
- Rio, J. (2012). *A alma encantadora das ruas* (Ed. Especial). Rio de Janeiro: Nova Fronteira. (Original publicado em 1908).
- Rolnik, S. (1993). Pensamento, corpo e devir: uma perspectiva ético/estético/política no trabalho acadêmico. *Caderno de Subjetividade*, 1 (2), 241-251.
- Rolnik, S. (2003). Alteridade a céu aberto. In M. Dias & W. Riedweg (Orgs.), *Posivelmente hablemos de lo mismo*. Barcelona: MacBa.
- Sévérac, P. (2009). Conhecimento e afetividade em Spinoza. In A. Martins (Org.), *O mais potente dos afetos: Spinoza e Nietzsche* (H. Santiago, Trad.). São Paulo: Martins Fontes.
- Romero, M. L., Alvarenga, J.R., & Zamora, M.H. (2013). Cidade, política e subjetivação: Marco Polo visita o Rio de Janeiro. *Mnemosine*, 9 (2), 2-18.
- Soreanu, R. (2014). Uma história sobre a nova estética do protesto. *Rede Universidade Nômade*. Recuperado em 12 de maio, de 2015, de <http://uninomade.net/tenda/uma-historia-sobre-a-nova-estetica-do-protesto/>. Rio de Janeiro, RJ.
- Villani, T. (2014). *Psychogéographies urbaines: corps, territoires et technologies*. Paris, France: Association Culturelle Eterotopia.
- Zamora, M. H. (2000). O migrante nas redes do outro. *Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental*, 3 (1), 180-182.
- Zamora, M. H. (2005). Uma noite em uma rua onde você jamais passou. In J. Vilhena, R. V. Castro, & M. H. Zamora (Orgs.), *A cidade e as formas de viver*. Rio de Janeiro: Museu da República.

Recebido em 11/11/2015

Aceito em 19/08/2016

Manuela Linck de Romero: é psicóloga com Mestrado em Psicologia Clínica pela PUC Rio, Mestrado Profissional em Psicologia Social e Ambiental pela Universidade Paris V (2012) e uma pós-graduação em Análise Institucional, Esquizoanálise e Esquizodrama pela FGB-Instituto Félix Guattari. Atua como psicóloga clínica e pesquisadora tendo por principais interesses os temas: experiência urbana e subjetividade, constituição de territórios urbanos e existenciais, artes do corpo, sensibilidades e sociabilidades contemporâneas.

Maria Helena Zamora: atua principalmente com temas de psicologia jurídica, práticas na educação, desigualdade social, racismo e psicologia social comunitária. É doutora em psicologia clínica pela PUC-Rio (1999), professora da graduação e da pós-graduação em psicologia da PUC-Rio. Professora convidada da *National/Global Advisory Board for Faith and Justice in Community and Society*, com sede em Indiana, USA, em 2011. Vice-coordenadora do Laboratório Interdisciplinar de Pesquisa e Intervenção Social (LIPIS, da PUC-Rio) desde 2006.